



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE  
INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE  
RESERVA BIOLÓGICA MARINHA DO ARVOREDO  
Rod. Maurício Sirotsky Sobrinho, s/nº - km 02 – Jurerê – Florianópolis/SC – 88.053-700  
Fone: (48) 3282-2163 Fax: (48) 3282-2163 E-mail: rebio.arvoredo@icmbio.gov.br

Aos 28 dias do mês de março do ano de 2012, no Instituto Federal de Educação de Santa Catarina, sede Coqueiros, reuniram-se, às 09 horas, os participantes do Conselho Consultivo da Reserva Biológica Marinha do Arvoredo para a 12ª Reunião Ordinária deste colegiado. A reunião contou com a presença de trinta e sete participantes envolvendo 21 instituições. As instituições integrantes do CORBIO presentes referem-se à APREMAG; FLORAM/PMF; AEOMESC; Prefeitura Municipal de Porto Belo; Colônia de Pesca Z22; FEPESEC; APRENDER Entidade Ecológica; Núcleo Macacoprego de Vivências Ambientais; Secretaria Municipal de Pesca de Governador Celso Ramos; Fundação Ambiental – FAACI/Prefeitura Municipal de Itapema; CEPESUL/IBAMA; Prefeitura Municipal de Tijucas; Polícia Militar Ambiental de Santa Catarina; Capitania dos Portos de Santa Catarina/Marinha do Brasil; Universidade Federal de Santa Catarina – Prefeitura Municipal de Florianópolis – FLORAM; REBIO Arvoredo/ICMBIO; EPAGRI/SC; e, SUPES/IBAMA. Além dessas, participaram representantes das entidades SINDIFLORIPA; e SINDIPI. A reunião contou ainda com a presença do Coordenador Regional do ICMBIO/CR9; APA do Anhatomirim/SC; ESEC Carijós/SC; e representante da Câmara de vereadores.

A reunião foi aberta pelo Sr. Caio Cavalcanti Dutra Eichenberger – presidente do Conselho que salientou a importância do repasse de informações e transparência das ações entre a unidade gestora da UC e o CORBIO, e a importância da manifestação desse Conselho frente a um eventual processo de recategorização da Reserva Biológica Marinha do Arvoredo a Parque Nacional. Após dar as boas vindas, agradeceu a todos pela participação e solicitou que se desse encaminhamento a pauta. A Sra. Jacqueline Carrilho do Núcleo Macacoprego – secretária executiva do Conselho Consultivo, após levantar junto aos presentes os principais pontos e encaminhamentos da Ata da 11ª Reunião do CORBIO, pré-encaminhada a todos os presentes e, já com as correções sugeridas pelos conselheiros, distribuiu algumas cópias da Ata, impressa, para apreciação dos presentes, submetendo a mesma à aprovação pela plenária, que em seguida ratificou a Ata da 11ª Reunião do Conselho Consultivo – CORBIO, por este colegiado.

Após a aprovação da Ata o Sr. Hellen José – analista ambiental da REBIO Arvoredo, apresentou Nota Técnica 6042011, CCUC/CGEPI/DIREPI que trata sobre a recategorização da unidade, aprovada pelo Comitê Gestor do ICMBio, em reunião realizada na sala de reuniões da Presidência deste Instituto em Brasília, no dia 02 de março de 2012. Após leitura do documento, o Sr. Caio – Gestor chefe da unidade teceu algumas considerações e riscos que envolvem um eventual processo de recategorização da Reserva Biológica a Parque Nacional, principalmente em relação as importantes conquistas ambientais para a região advindas do plano de manejo aprovado em 2004, assim como, da importância desse Conselho Consultivo frente ao histórico de 22 anos de existência da unidade, além de informar os principais pontos e diferenças entre essas categorias de Manejo, conforme o Sistema Nacional de Unidades de



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE  
INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE  
RESERVA BIOLÓGICA MARINHA DO ARVOREDO

Rod. Maurício Sirotsky Sobrinho, s/nº - km 02 – Jurerê – Florianópolis/SC – 88.053-700

Fone: (48) 3282-2163 Fax: (48) 3282-2163 E-mail: rebio.arvoredo@icmbio.gov.br

Conservação. Logo em seguida a palavra foi passada aos conselheiros presentes para manifestação e discussões sobre o tema, por ordem de inscrição.

O Sr. Fernando da APREMAG enfatizou a necessidade de esclarecer as principais diferenças entre Reserva e Parque de forma a se tornar claro para a sociedade. O Sr. Hellen colocou que a categoria de manejo Parque Nacional fomenta o turismo e admite visitação pública controlada e, neste caso, as regras de controle serão definidas no Plano de Manejo do Parque caso isto ocorra. Foi abordado pelo Sr. Fernando que no caso de visitação pública deverá ser pensada infra-estrutura adequada para acessar a parte terrestre da Ilha. O Sr. Nei da FEPESC colocou que durante todo o processo da criação da Reserva Biológica Marinha do Arvoredo até os dias de hoje, os maiores prejudicados foram os pescadores e a pesca, e que no caso de ocorrer a recategorização, a situação para o setor pesqueiro vai piorar. Destacou ainda o conflito relacionado ao artigo 4º do Decreto de Criação da Reserva, muito se fala da revogação deste artigo, mas até hoje nada foi feito. Todos sabem que toda pesca e toda rede captura indivíduos juvenis de várias espécies marinhas, e pelo que se vê neste início de discussão a mudança de categoria não vai resolver o problema. Caso o Pescador e a pesca venham a ser de novo prejudicados com esta recategorização é preferível que seja uma APA. O setor pesqueiro deve ser ouvido por quem está conduzindo o processo. Foi informado aos presentes pelos Analistas Ambientais do ICMBio que apesar dos encaminhamentos o Projeto de Lei ainda não existe. O Sr. Nei colocou ainda que a Federação de Pesca é contrária a recategorização da Unidade. O setor solicita que se traga uma discussão, antes da realização do Projeto de Lei, a entidade se posiciona contra a recategorização e exigimos ainda que se tenha consulta pública nos municípios de entorno da reserva para discussão da temática e enfatizou que ele mesmo nasceu na ilha do arvoredo na época em que sua família lá residia.

O Sr. Luciano da Prefeitura Municipal de Porto Belo, colocou que há muito tempo que esta recategorização é esperada pela população (anseio), principalmente, nos setores turísticos do município como no estado, a questão é, existe a vontade dos políticos do ICMBio de Brasília em transformar a Reserva em Parque? O Sr. Leandro/ICMBio colocou que existe a demanda, porém não temos conhecimento de um texto do Projeto de Lei, e desta vez o processo está com caminho diferente, a demanda foi levada ao instituto pelos parlamentares e houve manifestação favorável. No Congresso Nacional não sabemos o que pode acontecer, parece que o processo está sendo encaminhado a partir do próprio governo e no congresso a discussão acaba sendo mais aberta e as opiniões não são determinantes. O que mudaria para nós (ICMBio) seria a demanda e a necessidade de maior estrutura, já que possuímos um quadro reduzido de servidores, além disso, temos que nos manifestar frente as demandas de licenciamento ambiental, especialmente licenciamento de petróleo, monitoramento do coral sol, e problemas de estrutura. Com relação à recategorização, se as conquistas não forem mantidas corremos risco de não podermos interferir nos processos.



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE  
INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE  
RESERVA BIOLÓGICA MARINHA DO ARVOREDO

Rod. Maurício Sirotsky Sobrinho, s/nº - km 02 – Jurerê – Florianópolis/SC – 88.053-700  
Fone: (48) 3282-2163 Fax: (48) 3282-2163 E-mail: rebio.arvoredo@icmbio.gov.br

O Sr Daniel do IBAMA, colocou que em relação à proposta do ICMBio apresentada por meio da Nota Técnica que alguns pontos precisam ser considerados, como por exemplo: os conflitos mantiveram-se os mesmos quando da criação da REBIO Arvoredo, e essa recategorização não resolve nenhum deles; quanto a somente ser permitida a visitação depois da aprovação do plano de manejo, hoje sabemos que qualquer autorização pode ser emitida imediatamente por meio de portaria do Instituto, no caso do projeto de lei sabemos que hoje este encaminhamento pode ser feito mais rápido por meio de medida provisória; um terceiro ponto que pode ser abordado é o que diz que a ampliação dos limites deve ser considerada depois da recategorização, onde este depois muito provavelmente não virá nunca.

O Sr. Mauro da APRENDER, colocou que participou ativamente da construção do Plano de manejo com grande parte dos conselheiros ali presentes e que acompanham desde então o histórico de gestão da Unidade. Segundo ele não há uma visão formada sobre a recategorização neste primeiro momento, porém, a tendência é a de apoiar a recategorização conforme for mantida a posição dos setores envolvidos, relatou ainda a urgência da manutenção da Zona de Amortecimento, bem como, da Área de Normatização de Pesca e Turismo, lembrando da ação contra o ICMBio, contra a Área de Normatização de Pesca e Turismo promovida pelo setor de pesca industrial a qual foi dado ganho de causa ao instituto. O Sr. Mauro colocou ainda que é muito importante para a pesca a existência de áreas voltadas a proteção integral já que as mesmas são fundamentais para manutenção dos estoques e não vê como flexibilizar uma situação que trará prejuízo aos avanços ambientais conquistados até então, também é de fundamental importância que este Conselho Consultivo por meio das instituições ali representadas possa influenciar o Projeto de Lei, caso haja mesmo a mudança de categoria, de forma a considerar a Zona de Amortecimento, ações voltadas para um ecoturismo, que a visitação a parte terrestre das ilhas seja poupada e, que o turismo seja pensado somente junto ao mergulho ecológico. O Sr. Mauro defendeu que possamos garantir no projeto de Lei que as atividades sejam realizadas somente depois da realização do eventual Plano de Manejo do Parque.

O Sr. Renato da CPSC da Marinha do Brasil, colocou a importante questão sobre o desembarque nas ilhas e que para a Marinha, a recategorização da unidade não vai mudar em nada, por se tratar de área militar, voltada a salvaguarda da vida humana no mar, ressaltando ainda a atividade junto ao Farol. Colocou que, no que se refere ao território, a marinha já estava presente nas ilhas antes da criação da unidade e a mesma sempre foi preservada, pois, sempre houve presença militar na ilha, portanto a estrutura de segurança para a navegação não será alterada. No que se refere à mudança para parque a única alternativa será elaborar um Plano de manejo restrito, de forma a garantir de forma eficaz a preservação da área, já que as instituições, atualmente não possuem capacidade de aplicar a fiscalização de forma adequada. Além disso, haverá a necessidade de cadastrar as embarcações que terão permissão para adentrar na unidade e as que não poderão, e entre as que tiverem permissão não saberemos se estarão passeando ou pescando. Por outro lado, esbarramos ainda na



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE  
INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE  
RESERVA BIOLÓGICA MARINHA DO ARVOREDO

Rod. Maurício Sirotsky Sobrinho, s/nº - km 02 – Jurerê – Florianópolis/SC – 88.053-700

Fone: (48) 3282-2163 Fax: (48) 3282-2163 E-mail: rebio.arvoredo@icmbio.gov.br

restrição orçamentária e com o parque não vai mudar isso e, ao mesmo tempo, se abrir para todos não será possível controlar nada.

O Sr. Julio da AEOMESC colocou que a mais de 22 anos vai ao Arvoredo operar o mergulho e afirma que desde o início foi errôneo criar a unidade como reserva biológica já que o que havia sido proposto era a criação de um parque nacional, na ocasião da criação não havia regulamentação específica para a reserva biológica uma vez que o SNUC só foi criado em 2000, ressaltou também que a melhor época de gestão da Unidade foi quando havia o Termo de Ajustamento de Conduta com o Ministério Público, o qual permitia as operadoras trabalharem nas ilhas auxiliando a gestão da Unidade e com isso contribuindo para sua melhoria. O Sr. Julio colocou que sem a ajuda da comunidade a gestão fica engessada, o apoio das operadoras de mergulho é histórico principalmente no que se refere à fiscalização e apoio a pesquisa ao longo desses 22 anos, e ainda lembrou a participação efetiva deste setor na construção do Plano de Manejo da Reserva, na interação da polícia ambiental para a proteção da UC e parabenizou a Marinha do Brasil pela fiscalização exercida principalmente durante o verão. O Sr Julio declarou que a Zona de Amortecimento deve ser mantida e esta deve ter o apoio da comunidade e do ICMBio. (Re)categorizar à Parque não se trata de inventar a roda, já que existem outros modelos de parques marinhos que funcionam no mundo e, portanto não concorda com o pensamento de que por ser um Parque Marinho a visitação será desordenada.

A Sra. Andréa da UFSC colocou que em países como a Austrália que têm condições melhores que o Brasil, já constatou que a visitação em parques marinhos causa impactos consideráveis ao ambiente, e que a mudança para parque nacional vai prejudicar a biodiversidade da Unidade. Relatou que em Fernando de Noronha existem áreas onde os visitantes podem acessar e outras que só pesquisadores podem ir. E que no PARNA já está provado, principalmente no Brasil que a fiscalização é ineficiente. Observou ainda que, mesmo se adotarmos a postura de separar áreas, essas ainda sofrerão impactos devido a proximidade de umas das outras, os pesquisadores da UFSC são terminantemente contra a recategorização da Unidade com base em todos os resultados de pesquisas realizadas ao longo dos últimos anos, e discorda da posição dos pescadores sobre se tratarem de áreas restritas pois ao contrário, são áreas que protegem os estoques.

A Sra. Adriana do ICMBio colocou que complementando a palavra do Sr. Daniel do IBAMA, no caso de recategorização é possível prever no próprio projeto de lei que a visitação só seja iniciada a partir das orientações previstas no Plano de Manejo.

A Sra. Carolina da Prefeitura municipal de Governador Celso Ramos/Sec. Pesca, colocou que a recategorização não vai mudar nada para o pescador, são terminantemente contra a recategorização, pois vai, de uma forma ou de outra, restringir a pesca artesanal sim. Segundo ela o turismo será único setor que será beneficiado e, portanto, ou se estuda uma forma de beneficiar a todos, ou deixa como está.



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE  
INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE  
RESERVA BIOLÓGICA MARINHA DO ARVOREDO

Rod. Maurício Sirotsky Sobrinho, s/nº - km 02 – Jurerê – Florianópolis/SC – 88.053-700  
Fone: (48) 3282-2163 Fax: (48) 3282-2163 E-mail: rebio.arvoredo@icmbio.gov.br

O Sr Jorge Kotas, do CEPSUL, observou que é necessária muita atenção, pois no Brasil as coisas são feitas de forma atropelada. As pesquisas demonstram evidências de que a área da UC trata-se de uma região importantíssima à conservação de espécies de elasmobrânquios, como por exemplo, o Banjo, indicada como espécie em extinção que utiliza a área para reprodução e descanso, bem como outras espécies de cações. Por isso o ato de liberar a unidade para atividades econômicas como a pesca e o turismo é extremamente preocupante. Por outro lado o Parque pode ser uma questão positiva junto ao setor pesqueiro tradicional se for dada oportunidade ao pescador para atuar nas ações do ecoturismo e dessa forma o pescador trabalhar junto á visitação como ocorre no México. Podemos mudar um pouco a visão, parque marinho pode não ser ruim, o acesso á sociedade permite conhecer e assim valorizar. Valorizar determinadas atividades que podem ser controladas, podendo trazer benefícios. O ecoturismo pode ser uma atividade interessante no caso da recategorização, mas a preocupação com o tráfego de embarcações e o estudo para definição da capacidade de suporte deve ser exemplar.

O Sr. Julio da AEOMESC lembrou que o Plano de Manejo da Reserva tem a previsão do mergulho educativo como atividade de Educação Ambiental e traz estudos de capacidade de suporte, e que, se esta atividade tivesse sido implementada talvez nós nem estivéssemos discutindo o processo de recategorização. É de fundamental importância aproveitar os estudos já realizados durante o Plano de Manejo.

O Sr. Danilo da FLORAN, Prefeitura municipal de Florianópolis, colocou que não seria o momento para se colocar contra ou a favor de uma mudança de categoria porque esta vai se dar no nível do psicológico e, é preciso que se tenha um Plano de Manejo Adequado as condições da Biodiversidade. No que se refere à recategorização em relação ao setor pesqueiro já vimos que nada irá mudar, e, portanto, é preciso reconhecer o intento deste setor de se manter como está, ou seja, Reserva Biológica para a conservação da Biodiversidade. No que se refere à questão da visitação pública podemos considerar que para a parte terrestre nada também mudará por se tratar de área cedida à marinha, portanto as ações da visitação seriam na área aquática e subaquática e dessa forma é preciso verificar quais os tipos de benefícios à biodiversidade. O Plano de Manejo deverá ter programa de visitação levando em conta estudo prévio que deve ser feito para essas atividades, e o órgão gestor da Unidade precisará ter o controle dessas atividades por meio de monitoramento da terceirização. O turismo controlado pode trazer recursos à gestão da unidade e neste caso é preciso considerar os prós e contras que envolvem o processo e, portanto, tudo deve ser amplamente analisando e discutido, embora esta reivindicação venha de tempos o assunto deve ser amadurecido e estudado em termos de custos e benefícios.

O Sr. Adolar da Colônia de Pesca Z-22, colocou que esta é uma situação já discutida muitas vezes e que se faz necessário compreender, tudo tem um peso e duas medidas, poder capturar o peixe de passagem é uma reivindicação antiga dos pescadores, o parque aberto ao mergulho



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE  
INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE  
RESERVA BIOLÓGICA MARINHA DO ARVOREDO

Rod. Maurício Sirotsky Sobrinho, s/nº - km 02 – Jurerê – Florianópolis/SC – 88.053-700  
Fone: (48) 3282-2163 Fax: (48) 3282-2163 E-mail: rebio.arvoredo@icmbio.gov.br

só trará vantagem ao setor turístico e ao mergulhador e mais uma vez o pescador vai ser deixado de lado. É muito importante trazer a discussão às comunidades de pesca para ampliar a questão do repasse de informações para que o pescador possa participar do processo. A Colônia Z-22 é contrária a recategorização da Reserva Biológica a Parque.

O Sr. Rene da AEOMESC, com a proposta de mudar um pouco o discurso colocou que a proibição e a educação não caminham na mesma direção são processos antagônicos. Uma Reserva Biológica é como se estivesse fechada para a sociedade e a Reserva Biológica Marinha do Arvoredo não propicia espaço a sensibilização. A Reserva foi criada por Decreto Federal sem sequer realizar consulta sobre a posição da comunidade e pelo que parece de novo este processo já vem engessado. Nesta fase de transição, a recategorização já poderia ter sido discutida e isto não ocorreu. Privar as pessoas de conhecer um ambiente sadio precisa de um argumento que justifique a privação desse direito e agora temos que nos manifestar sobre mudar ou não a categoria. Cabe um estudo sobre esse assunto, pois não nos foi possível até agora identificar diferenças fora e dentro da área protegida. O Sr. Rene observou que mesmo no que se refere a Reserva Biológica segundo o SNUC é proibida a visitação, exceto aquela voltada a educação ambiental, e o mergulho educativo foi uma ação de Educação Ambiental previsto pelo Plano de Manejo e amplamente discutido que consolidou um território para este fim junto a Unidade, portanto, se o plano de manejo tivesse sido implementado no que se refere a educação ambiental no interior da unidade, não teríamos perdido muito tempo nesta questão. Há necessidade de um estudo para recategorização já que em 20 anos de Reserva nada disso aconteceu. Sugere-se uma ação conjunta para a realização da Educação Ambiental. Salientou ainda que a responsabilidade do Conselho ter passado muito tempo sem realizar reuniões também é do próprio conselho, e a responsabilidade da não implementação do Plano de Manejo é do órgão gestor da unidade. Ressaltou que a Nota Técnica apresentada garante o direito de o Conselho Consultivo discutir uma recategorização. O Sr. René colocou ainda que, já existem subsídios técnicos no Plano de Manejo que discorrem sobre as diferentes categorias de manejo; Reserva, Parque e APA, e indicativos que confirmam a vocação maior para a categoria Parque e APA do que para a própria reserva, sendo que essas informações foram ignoradas, além disso, afirmou que já dispúnhamos de muitas informações.

O Sr Hellen da Reserva Biológica Marinha do Arvoredo mencionou que temos conhecimento deste estudo, e também, que foi desenvolvida em âmbito de outro grupo de trabalho em 2010 para discussão do mesmo assunto, foi montada uma tabela comparativa entre Parque versus Reserva com a discussão de diversos atributos.

O Sr. René concluiu que é necessário aproveitar essa força que está movendo as entidades novamente e conduzir o processo de acordo com as tratativas que forem dadas por aqui, não podemos engessar a Unidade novamente em uma UC restritiva, é sabido que os mergulhadores também acompanham as pesquisas científicas e, que até agora tudo o que ele



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE  
INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE  
RESERVA BIOLÓGICA MARINHA DO ARVOREDO

Rod. Maurício Sirotsky Sobrinho, s/nº - km 02 – Jurerê – Florianópolis/SC – 88.053-700

Fone: (48) 3282-2163 Fax: (48) 3282-2163 E-mail: rebio.arvoredo@icmbio.gov.br

tem visto de educação ambiental pela REBIO arvoredo, nesses últimos anos, não se trata de educação e sim adestramento.

O Sr. Javier da FACCI da Prefeitura de Itapema colocou que em se tratando do espaço físico o impacto da visitação que uma recategorização pode gerar a Reserva Biológica Marinha do Arvoredo é diferente do impacto que é gerado em Fernando de Noronha, e por isso, a decisão deve ser tomada com base em dados técnicos locais. A Fundação de meio ambiente de Itapema não tem uma posição e pensa que são necessários estudos para avaliação de ganhos e perdas, o processo não pode chegar fechado, o conselho deve participar ativamente do processo. É preciso observar que quando a decisão for tomada não será possível voltar atrás, portanto, “antes de se dar o tiro” são necessários subsídios técnicos para embasar o mesmo, o peso da decisão é grande e será cobrado do órgão gestor o que for determinado. É preciso considerar a defasagem de recursos humanos e infraestrutura para tal fim. Em Fernando de Noronha tem impactos? Os benefícios se sobrepõem? Salientou ainda que a comunidade só participará/cobrará se houver educação e atualização de informações e dessa forma evoluir do eu acho “isso ou aquilo”.

A Sra. Andréia da UFSC, disse que já existe área aberta à visitação e já se faz um tipo de educação ambiental e, disse ainda, que não acredita que o conhecer para respeitar deve ser feito no interior da unidade, conflito social existe em qualquer unidade, em todos os fóruns de pesquisa constata-se que toda região costeira ao longo do litoral é necessário ter pequenas áreas em que não se faça nada, ou seja, pequenas unidades com acesso restrito. Mudar de categoria vai diminuir as restrições e isto significa estar totalmente na contramão da conservação. Tudo o que se tinha feito até 2004 e nos últimos 5 anos no que se refere a pesquisa é diferente hoje, os dados mostram que há resultados significativos para o aumento de tamanho e quantidade de peixes no interior da unidade. Hoje o quadro não é mais o mesmo de cinco anos atrás.

O Sr. Nei da FEPESC coloca que a comunidade e a sociedade em geral não conhecem as pesquisas que estão sendo realizadas e, é necessário divulgar as mesmas ao conselho e a sociedade. Andréia coloca que as pesquisas são muito recentes ainda e se coloca a disposição para apresentá-las ao conselho. O Sr. Caio diz que será realizado um workshop na UFSC e que essas informações seriam repassadas ao conselho. O Sr. Nei diz que desde 1990 tem-se realizando pesquisas na unidade, mas nada foi apresentada ao conselho, segundo ele a sociedade tem que saber o que tem lá dentro para se posicionar. O Sr Leandro diz que as UC's marinhas têm o viés da conservação dos estoques pesqueiros e já estão sendo beneficiados, mas a unidade precisa ser efetiva, ainda lembrou que, entre os resultados do GT de recategorização de 2010, foram considerados uma série de fatores relacionados a pesca e a pesquisa em relação a recategorização. O Sr. Hellen retoma a questão da recategorização do Arquipélago dos Alcatrazes e informa que embora esta proposta tenha sido citada, ainda não aconteceu.



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE  
INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE  
RESERVA BIOLÓGICA MARINHA DO ARVOREDO

Rod. Maurício Sirotsky Sobrinho, s/nº - km 02 – Jurerê – Florianópolis/SC – 88.053-700  
Fone: (48) 3282-2163 Fax: (48) 3282-2163 E-mail: rebio.arvoredo@icmbio.gov.br

O Sr. Paulo Bertuol da AEOMESC, coloca que o maior problema da REBIO não é a pesca, o mergulho ou a pesquisa, e sim a proximidade com a costa. Colocou que não há Unidade de Conservação que de certo sem o envolvimento da comunidade. A discussão é: vamos continuar ignorando a comunidade ou não? O maior impacto da REBIO é silencioso ninguém vê, para ele a UC pode obter diversos benefícios com o envolvimento da comunidade e citou o exemplo do coral sol que foi identificado através de mergulhos recreacional e não pela pesquisas da Universidade, sendo o mesmo, uma grande ameaça à biodiversidade da REBIO. Falou da necessidade de realização de eventos relacionados ao lixo (clean ups) e retirada de redes, além de projetos de educação ambiental. Colocou ainda, que em relação ao argumento da Sra. Andréia no que se refere a zonas intangíveis e áreas controladas, e que desconhece essas diferenças entre elas, solicitou então, que a UFSC envie os trabalhos relacionados a tal afirmação. E que em Bonaire, no Caribe onde trabalha, não encontraram essas diferenças, colocando-se posteriormente a disposição para atuação em projetos de conservação e que torce pela efetividade da REBIO que hoje não é efetiva para o pescador, pois hoje ainda há pesca no interior da UC. Colocou a importância da mudança de categoria à Parque para que a população apóie a Unidade, e que conseqüentemente, aumente a efetividade da conservação. O Sr. Ricardo Castelli, Coordenador Regional do ICMBio solicitou a palavra e chamou a atenção do conselho para que observasse a diferença entre audiência pública e consulta pública, sendo que, a consulta pública que é prevista pelo SNUC e, que deve ser chamada pelo órgão gestor da unidade.

O Sr. Daniel do IBAMA colocou a importância de um banco de dados de pesquisas que acontecem na REBIO, e salientou a realização de um seminário sobre o assunto para auxiliar nas decisões. O Sr Caio, do ICMBio colocou que já existe este banco de dados e que está sendo previsto um workshop na UFSC com esta finalidade.

O Sr Danilo da FLORAN, ressaltou a necessidade de se encaminhar propostas práticas, e reafirmou a importância da realização do workshop de forma a disponibilizar os resultados dos estudos. Segundo ele, a recategorização passou por cima da revisão do Plano de Manejo, e assim sendo, sugere avaliar nestes estudos a necessidade desta revisão de forma a indicar a solução dos problemas de eventual recategorização. O Sr. Mauro da APRENDER, colocou que a revisão do Plano de Manejo, somente, não resolve. Na época de sua realização havia uma centralização da gestão pelo IBAMA que falava com os atores A, B e C, e quando a gestão passou a ser compartilhada a discussão ocorria com todo o alfabeto. A discussão foi extremamente ampliada e tudo que deu para fazer foi feito e o planejamento ficou extremamente rico e complexo. Porém houve uma descontinuidade de ações gerenciais e mesmo com o conselho, faltou e muito, a nossa colaboração como conselheiros junto a gestão da Unidade, a ausência de reuniões periódicas deste conselho contribuiu para sua inoperância. Se não houver integração entre a unidade e o Conselho, seja qual for à categoria não irá resolver. Importante observar ainda o cenário político atual e as mudanças drásticas no código florestal. O Sr. Renê da AEOMESC, salientou que na época em que a Unidade foi criada não





MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE  
INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE  
RESERVA BIOLÓGICA MARINHA DO ARVOREDO

Rod. Maurício Sirotsky Sobrinho, s/nº - km 02 – Jurerê – Florianópolis/SC – 88.053-700

Fone: (48) 3282-2163 Fax: (48) 3282-2163 E-mail: rebio.arvoredo@icmbio.gov.br

existia o SNUC e a categoria Reserva previa recreação em sua previsão legal, mas uma vez a não implementação da Educação Ambiental trouxe prejuízos a gestão da unidade já que com a implantação das mesmas representariam agora grande avanço ao processo de recategorização.

A Sra. Jacqueline do Núcleo Macacoprego, colocou que em relação à assiduidade das reuniões é preciso considerar que os conselheiros podem a qualquer momento solicitar a realização das mesmas, por outro lado, é muito complicado falar em participação ou em cidadania plena se não considerarmos como base a educação, somente um povo educado à participar, é capaz de integrar-se plenamente a tomada de decisão em uma democracia, caso contrário, como tem sido até então, o mesmo é apenas manipulado. A Sra. Jaqueline colocou ainda que motivada pela realização da reunião do conselho consultivo da reserva procurou suas bases nas comunidades de pesca artesanal no município de Bombinhas para captar, não só uma percepção sobre a recategorização da unidade como o nível de informações do processo junto as mesmas. Destacou que é lamentável observar o grau de precariedade de informação junto às mesmas. A maioria das pessoas não sabe a diferença entre uma Praça de um Parque Nacional. Falou da necessidade de desenvolvimento imediato pelo GT de EA, do Conselho de um Plano de Educomunicação junto às comunidades do entorno da Reserva. Segundo ela quando o plano de manejo estava em desenvolvimento existia uma proposta de comunicação que contribuiu para que as informações geradas chegassem às escolas e as comunidades em tempo real, difundindo a importância da biodiversidade da região. Nesta época os participantes da construção do plano de manejo vislumbraram uma Reserva Biológica Marinha que fosse modelo de gestão e integração com a sociedade. Dessa forma, ressaltou concordar explicitamente com a fala dos mergulhadores, dos representantes dos pescadores, além dos representantes da sociedade civil que a não implantação das ações de Educação Ambiental previstas no plano de manejo representou, ao longo desses últimos seis anos, retrocesso a percepção das comunidades em relação à unidade de conservação.

O Sr. Constantino, do SINDIFLORIPA pediu a palavra e iniciou sua fala concordando com a falta de informações sobre a reserva, o que traz certa antipatia junto a sociedade. Lembrou que a ação do setor pesqueiro industrial conta que a Área de Normatização de pesca e Turismo poderia ter sido evitada caso houvesse interlocução entre o órgão gestor da unidade e o sindicato, e manifestou interesse em participar das reuniões do conselho. Colocou ainda que as discussões são sempre as mesmas e os conflitos permanecem os mesmos no que se trata de Parque ou Reserva Biológica, é necessário saber o perfil e quantos e quem serão os visitantes no caso de uma recategorização a Parque. Sabemos que a forma de como a unidade foi criada como reserva, não considerou as perdas para o setor pesqueiro e não concordamos com a proibição de áreas para a pesca, mas sim com a racionalização da extração já que o povo quer o peixe, somos contrários a recategorização, e as discussões sobre a mesma devem ser mais abertas. Não há necessidade de importar técnicas de exploração marinha de outros países porque estas não se adaptam a nossa realidade. Por fim, ressaltou que o setor quer ter acesso



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE  
INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE  
RESERVA BIOLÓGICA MARINHA DO ARVOREDO

Rod. Maurício Sirotsky Sobrinho, s/nº - km 02 – Jurerê – Florianópolis/SC – 88.053-700

Fone: (48) 3282-2163 Fax: (48) 3282-2163 E-mail: rebio.arvoredo@icmbio.gov.br

as informações geradas pelas pesquisas pois sabemos que as mesmas podem ser mascaradas e a não informação é consequência da não participação.

O Sr Caio do ICMBio agradeceu a todos pelos trabalhos realizados durante a manhã e ressaltou o ótimo nível e qualidade das discussões que ali ocorreram e convidou a todos para uma parada de 20 minutos para o lanche. Após o intervalo os conselheiros presentes retornaram ao trabalho para encaminhamentos. Uma breve discussão foi instaurada entre os participantes tendo por base todas as falas ditas anteriormente. Algumas questões foram levantadas durante a discussão que são elas: De que forma o Conselho consultivo irá se manifestar junto ao processo? Essa manifestação será por meio de uma moção constando dos consensos identificados? O Workshop de pesquisa tem como público alvo o Conselho Consultivo? Há possibilidade de se trazer as informações geradas pelo workshop para próxima reunião do Conselho? A discussão ficará em torno da recategorização apenas a Parque Nacional? O Conselho Consultivo deve se manifestar obrigatoriamente se colocando contra ou a favor da recategorização?

Considerando as questões abordadas foi consenso entre os participantes a elaboração de uma minuta de moção, a ser apresentada na próxima reunião, abordando os principais consensos como: A necessidade de outras discussões junto ao Conselho a respeito do tema; a necessidade do Conselho Consultivo participar ativamente durante todo o processo; apresentação de dados científicos sobre as pesquisas realizadas pela UFSC na Unidade na próxima reunião; no caso de uma recategorização, a necessidade de se manter os ganhos ambientais conferidos pelo Plano de Manejo a esta região costeira onde se destacam; a necessidade de contemplar obrigatoriamente em eventual Projeto de Lei de recategorização a Zona de Amortecimento da Reserva; a validade e obediência ao Plano de Manejo atual, o Conselho Consultivo e a imediata implantação das ações de Educação Ambiental previstas no Plano de Manejo atual, até que seja publicado e aprovado novo Plano de Manejo, no caso do encaminhamento de processo de recategorização da Reserva Biológica a Parque. Os participantes pré agendaram a realização de nova reunião. O Sr. Caio deu por encerrada a reunião.